

PARECER

Exame Final Nacional de ECONOMIA A Prova 712 | 1.ª Fase |

Ensino Secundário | 2020

A prova do exame nacional de Economia A do 11.º ano, 1.ª fase de 2020 está de acordo com os documentos curriculares em vigor (Programa da disciplina e Aprendizagens Essenciais) e com o referenciado na Informação-Prova e restante informação complementar veiculada pelo IAVE.

A estrutura da prova mantém a habitual divisão em três grupos, embora este ano os alunos possam gerir as perguntas a que respondem, já que existem itens cuja resposta contribui obrigatoriamente para a classificação final e itens em que tal não se verifica, **solução que poderá ser interessante, mesmo em anos de decurso normal.**

ASPETOS POSITIVOS DA PROVA DE EXAME

A prova de exame apresenta-se adequada aos alunos, apresentando um grau de dificuldade relativamente acessível.

Os itens de seleção são de tipologia variada, não se limitando à escolha múltipla, com soluções interessantes no caso dos itens de ordenação, associação e completamento, ou mesmo verdadeiro/falso (Grupo I, questões 4, 7, 10 e 11).

Os itens de construção são introduzidos por pequenos textos e/ou tabelas, sendo o grau de dificuldade das questões colocadas, adequado às capacidades e competências normalmente trabalhadas nas aulas.

Verifica-se que a maior parte dos itens são introduzidos por tabelas ou gráficos, com dados macroeconómicos, as informações disponibilizadas se referem a Portugal e UE.

Realça-se o reaparecimento, face ao exame da 2ª fase de 2019, no conjunto dos itens de construção, de um item implicando a interpretação e análise de dados económicos sobre a realidade económica portuguesa.

ASPETOS NEGATIVOS DA PROVA DE EXAME

Todos os itens, de seleção e de construção, têm a mesma cotação apresentando, contudo, graus de dificuldade muito diferenciados, quer entre os itens de seleção, quer entre estes e os de construção podendo, como exemplo, referir-se a comparação entre os itens 1 e 5.1 do Grupo I ou entre os itens 9, 11 ou 15 do Grupo I e o item 1.1 do Grupo III, o único de resposta extensa.

Apenas dois itens de construção (Grupo II, itens 1 e 3), que não de resposta extensa, contribuem obrigatoriamente para a classificação final.

O enunciado de algumas questões apresenta-se de compreensão difícil, devido à sua extensão e acumulação desnecessária de dados que só interessam para a construção de falsas hipóteses de resposta, por exemplo:

- no item 6.1 do Grupo I, os dados relativos à área do euro a 19 Estados-Membros (AE-19);
- no item 7 do Grupo I são apresentadas 3 figuras para 7 descrições;
- no item 10 do Grupo I, o texto é demasiado extenso, o que pode gerar confusão na perceção da pergunta.

Nas questões de cálculo é exigida a repetição do mesmo tipo de raciocínio e de operações várias vezes para a determinação da hipótese correta. É o caso, por exemplo:

- do item 3 do Grupo I em que o aluno tem de calcular a produtividade marginal e a produtividade média em cada uma das hipóteses de resposta;
- item 8 do Grupo I, em que é necessário fazer os cálculos para os dois anos apresentados nas várias opções de resposta.

A incidência nas questões de cálculo e que exigem operações repetidas, tornam a prova muito trabalhosa e de execução demorada, nada revelando em termos dos conhecimentos e capacidades dos alunos.

Os itens 1 e 2 do Grupo III, referindo-se ao papel do Estado na promoção da equidade em Portugal, em 2009, face a 2008 e à estrutura das exportações portuguesas entre 1985 e 1995, respetivamente, desvirtuam os objetivos e as finalidades definidas nas Aprendizagens Essenciais, pois não mobilizam o conhecimento e a capacidade de análise para a compreensão do mundo atual capaz de *compreender melhor as sociedades contemporâneas, em especial a portuguesa, bem como os seus problemas, contribuindo para a educação para a cidadania, para a mudança e para o desenvolvimento* (pág. 4 [AE Economia A - 11.º ano](#)).

Um outro aspeto que temos vindo a mencionar nos vários Pareceres enviados, prende-se com o excessivo peso que é atribuído aos itens de seleção em termos do total da Prova. Se já consideramos excessiva a atribuição de 140 pontos, na presente Prova a situação é, ainda, muito mais grave, já que hipoteticamente um aluno que responda apenas corretamente aos itens de seleção (50 pontos obrigatoriamente a contar para a classificação final e mais 130 pontos), irá alcançar 180 pontos!

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO (Análise relativa à versão de trabalho)

No Grupo I, nos itens de associação e completamento, caso dos itens 7 e 10, os critérios ignoram a possibilidade de os alunos acertarem apenas numa opção, para além de, no caso da questão 10, entre os dois níveis se verificar uma diferença de 5 pontos.

No item de resposta extensa, 1.1 do Grupo III, tal como já sucedeu nos dois últimos anos, a cotação de apenas 10 pontos é espartilhada em 3 parâmetros, num total de sete níveis, apresentando critérios tão detalhados que dificilmente permitirão a atribuição da cotação completa.

A atribuição de 10 valores a cada um dos itens, sejam mais simples ou de resposta mais longa, é perfeitamente inaceitável face aos diversos níveis de mobilização de conhecimentos e capacidades.

OBSERVAÇÕES FINAIS

A existência de uma Prova de Exame Nacional de Economia, numa área que é do domínio do social, e que nessa linha deve possibilitar, entre outros, que o aluno no final da escolaridade obrigatória, seja *capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com (...) capacidade de comunicação* (página 10 do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória), não se coaduna com a quase exclusiva predominância de itens de seleção.

Com efeito, esta prova de avaliação reduz-se quase exclusivamente a questões puramente quantitativas, a que uma ciência social não pode estar sujeita e que não se insere no novo modelo de avaliação decorrente do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular,

Na realidade, segundo Domingos Fernandes, *a avaliação não é, de facto, uma mera questão técnica. É uma questão essencialmente pedagógica associada ao desenvolvimento pessoal, social e académico das pessoas. É uma questão de desenvolvimento curricular da maior relevância.*¹

Em conclusão, entendemos que o Exame Nacional de Economia deve ser adequado ao que se pretende que os alunos aprendam, havendo que rever o modelo de exame, para que este corresponda efetivamente às estratégias nacionais para a Educação do século XXI.

¹ Fernandes, D. (2004). *Avaliação das aprendizagens: uma agenda, muitos desafios*. Texto Editores (pág.17).